

Lula e Pacheco negociam 4 anos de auxílio fora do teto**'PROPOSTA DO MEIO'****GASTOS COM PRAZO****Pacheco sugere a Lula PEC que tire Bolsa Família do teto só por 4 anos**

MANOEL VENTURA,
E EDUARDO GONÇALVES
manuel@oglobo.com.br
eduardo@oglobo.com.br

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discutiu ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), os detalhes da chamada "PEC da Transição", a proposta de emenda à Constituição que abre espaço no Orçamento para o Bolsa Família de R\$ 600. O formato da PEC hoje tira o Bolsa Família do teto de gastos a um custo anual de R\$ 175 bilhões.

Na conversa, da qual participaram outros senadores e integrantes da equipe de transição, Pacheco indicou a Lula que haveria dificuldades de o Congresso aprovar uma PEC retirando o Bolsa Família do teto de forma permanente, como queria o PT. Mas sinalizou que é factível que essa exceção dure quatro anos, durante todo o mandato de Lula, para evitar a necessidade de uma PEC todos os anos.

De acordo com interlocutores dos dois, Lula teria concordado com as ponderações de Pacheco e defendeu a seus aliados retirar o Bolsa Família do teto por quatro anos. A duração da medida é hoje o principal entrave para o avanço da PEC. O centrão, grupo político que apoiou o presidente Jair Bolsonaro, insiste em uma PEC com prazo definido. O encontro ocorreu durante a Conferência do Clima da ONU, a COP27, no Egito.

FALTA FINANCIAMENTO

Na conversa com Lula, Pacheco ainda ponderou que a fórmula manteria o teto de gastos, com essa única exceção. Só depois seria avaliada uma nova regra fiscal ou até mesmo a manutenção do teto nesse formato, com a exceção ao Bolsa Família. Pacheco, no entanto, defendeu obter fontes de arrecadação para a PEC a partir do ano que vem.

Ao GLOBO, o senador Wel-



Negociação. Uma PEC que tire o Bolsa Família do teto por 4 anos, como defende o presidente do Senado, teria mais chances de dobrar o centrão no Congresso

Economistas terão 1ª reunião com políticos do PT

> O grupo de economistas da equipe de transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva deve fazer esta semana a primeira reunião sobre a "PEC da Transição" com os negociadores políticos do PT.

> A equipe é formada por

André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Persio Arida. Embora seja o assunto mais relevante para o cenário macroeconômico brasileiro no curto prazo e vá impactar toda a política econômica em 2023, eles não se reuniram com negociadores do PT em tiveram acesso formal ao texto da PEC.

> Em nota divulgada ontem, o grupo explicou

que "as informações solicitadas serão analisadas e debatidas pela equipe de transição em novas reuniões."

> A manifestação pública dos economistas foi uma resposta à expectativa do mercado de que o valor fora do teto de gastos ficaria abaixo de R\$ 175 bilhões. A agência Bloomberg informou na segunda-feira a possibilidade de

serem R\$ 130 bilhões.

> Esses economistas também o impactado a PEC na definição do novo arcabouço fiscal brasileiro, que irá substituir o teto de gastos. A depender do formato da PEC, essa discussão pode estrear. A definição de uma regra clara para substituir o teto é uma cobrança de especialistas e do mercado, que temem um descontrole da dívida.

> Para os negociadores políticos do PT, a PEC é uma necessidade de curto prazo, para dar fôlego ao início do governo. Por esse entendimento, a aprovação da PEC agora ajudará na discussão sobre o que substituir o teto de gastos, pois tira pressão sobre a regra ao longo de 2023. Os quatro economistas da transição terão como uma das principais tarefas discutir o pós-teto. (Manoel Ventura)

lington Dias (PT-PI) confirmou as tratativas com Pacheco. Dias faz parte do conselho político da transição e tem se reunido com parlamentares para elaborar um texto capaz de ser aprovado no Congresso até o fim do ano.

—Nossa proposta original foi "excepcionalizar" o Bolsa Família, socorro aos mais pobres, de forma perma-

nente e definindo valor a cada ano. Mas na agenda com Rodrigo Pacheco e outros líderes de partidos surgiu a proposta de limite para o final de 2026 — disse o senador, que considera a ideia uma "proposta do meio".

Uma das principais críticas feitas à PEC é que ela não prevê uma forma de financiamento de longo prazo, o que

terá impacto sobre a dívida pública — o que mexe com juros, reduzindo investimentos das empresas. Integrantes do PT têm insistido que o crescimento econômico aumenta o PIB e a arrecadação, o que reduz a dívida e também o déficit público.

A "PEC da Transição" custará R\$ 175 bilhões, valor que contempla a ampliação do

Bolsa Família para R\$ 600 e adicional de R\$ 150 para crianças de até 6 anos. Ao retirar esse benefício do teto de gastos, abre-se um espaço de R\$ 105 bilhões no Orçamento de 2023, que seriam remanejados para outras despesas.

Hoje, só há recursos no Orçamento para um benefício de R\$ 405. Assim, o PT tem pressa em aprovar a proposta

— a PEC é necessária porque o teto está na Constituição. A fim de acelerar a tramitação, Pacheco ainda acertou que líderes partidários receberão hoje o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) para tratar do assunto.

Alckmin deve buscar um acordo para aprovar o projeto diretamente em plenário, sem ter que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), como seria praxe. O texto da PEC deve ser apressado nessas conversas.

ALCKMIN SE REÚNE COM SALTO

Ontem, Alckmin ainda se reuniu com o secretário de Fazenda do estado de São Paulo, Felipe Salto, para discutir caminhos para criar uma nova âncora fiscal, que substitua o teto de gastos.

O teto trava as despesas federais, mas nos últimos anos foram aprovadas PECs que criavam exceções. A ideia agora é aprovar uma nova exceção e retirar do teto toda a despesa com o Bolsa Família.

O PT quer priorizar ações como merenda escolar, Farmácia Popular, saúde indígena, habitação e conclusão de obras inacabadas. Os parlamentares discutem a possibilidade de discriminar os programas e a respectiva verba na própria PEC, mas, para técnicos envolvidos nas discussões, esse detalhamento deverá constar na lei orçamentária.

O maior foco de resistência a uma PEC de prazo amplo, seja de quatro anos ou permanente, vem do centrão. Políticos do PT avaliam que isso é uma forma de o grupo manter seu poder de barganha e reeleger Lira para a presidência da Casa — Lula pediu para o PT não apresentar candidato.

Uma PEC exige apoio de 308 dos 513 deputados e dos 49 dos 81 senadores, em duas votações em cada Casa. (Colaboração Fernanda Trisotto e Sérgio Roxo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15